

Segurem a âncora

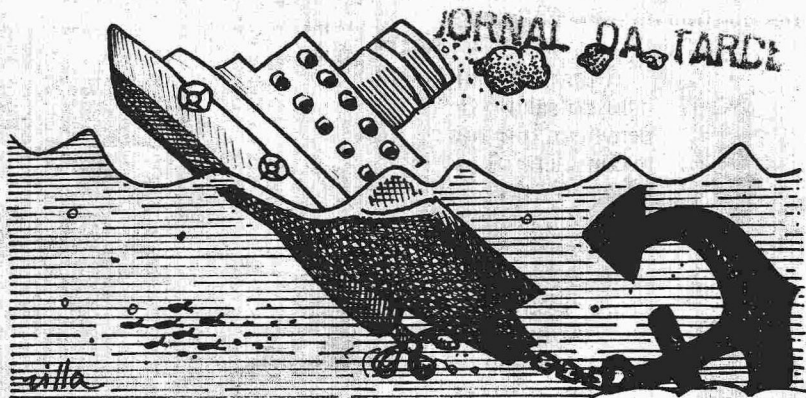
PAULO R. HADDAD

P. 2
13 FEV 1995

O Plano Real conseguiu uma mudança na inflação acumulada de 830%, no primeiro semestre do ano passado, para um valor acumulado de 18%, no segundo semestre. Esta inflação do segundo semestre resultou do comportamento dos setores competitivos da economia brasileira (produtos, alimentares in natura; roupas e calçados infantis; alimentação fora de casa; etc.). Os setores oligopolizados, de preços administrados e de tarifas públicas acusaram crescimento de preços inferiores à inflação global.

Este comportamento dos preços relativos é previsível na passagem de uma inflação crônica para um regime de estabilização de preços. O fim do imposto inflacionário recompõe o poder de compra da massa salarial que se dirige para mercados onde prevalecem setores competitivos os quais, diante de uma demanda em expansão, têm melhores condições de recompor as suas margens de rentabilidade erodidas pelas indexações diferenciadas entre os seus custos e receitas.

Como, em geral, este processo de realinhamento dos preços nos setores competitivos perde impulso ao longo dos meses seguintes após a implantação do programa de estabilização, é de se esperar que seja declinante a sua contribuição para a formação das taxas mensais de inflação nes-



TUDO O QUE SE CONQUISTOU
ATÉ AGORA EM TERMOS DE
EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS
TEM SIDO CIRCUNSTANCIAL

te início de 1995. Na verdade, é bastante provável que, no primeiro trimestre deste ano, tenhamos as menores taxas mensais de inflação dos últimos anos em que os mecanismos de mercado atuavam com liberdade.

Entretanto, é preciso lembrar que foi a adoção da âncora cambial o fator mais importante para induzir a estabilização dos preços. Definida uma estrutura mais branda de impostos de importação, preservada a estabilidade dos preços nos países industrializados e mantida estável (ou quase fixa) a taxa cambial, o sistema de ancoragem funciona como se os consumidores brasileiros pudessem ter acesso a um gigantesco empório de bens e serviços espalhados

entre vários países, cujos preços estivessem congelados ou fixos. É este sistema que força os nossos empresários a modificar o seu comportamento de remarcação especulativa ou preventiva de preços a partir de uma cultura inflacionária. Entretanto, a âncora cambial não basta por si só para implantar um regime de estabilidade duradoura no País.

Desde sua concepção inicial, o Plano Real previa uma etapa de reformas institucionais indispensáveis para dar ao País esta estabilização duradoura. Tudo o que se conquistou até agora em termos de equilíbrio das contas públicas tem sido circunstancial, como por exemplo o Fundo Social de Emergência. Os déficits públicos potenciais conti-

nuam a persistir; os bancos oficiais ainda estão, em geral, muito fragilizados financeiramente; a Previdência oficial mantém o seu estado de insuficiência crônica de recursos; etc..

Os agentes econômicos formam as suas expectativas sobre as perspectivas inflacionárias a partir de sua visão de conjunto sobre o déficit potencial das contas consolidadas dos três níveis de governo, uma vez que sabem, por experiências vividas, de seu eventual financiamento inflacionário como mecanismo de última instância para se evitar uma repressão fiscal politicamente insustentável.

Portanto, enquanto não se processam a elaboração e a implementação destas reformas, é fundamental que se trate de manter relativamente estável a âncora cambial, cuidando-se de incentivar as exportações por mecanismos fiscais e financeiros de caráter transitório e não inflacionários, a fim de se reduzir a dependência do País quanto à movimentação especulativa e volátil dos capitais financeiros internacionais de curto prazo.

O AUTOR

Paulo R.

Haddad é

economista e ex-

ministro da Fazenda e

Planejamento

